

A INADAPTAÇÃO PÓS-LABORAL NA MATURIDADE: CULPA COMPARATIVA, COERÊNCIA NÃO CAPITALIZADA E O RECOLHIMENTO COMO PEDAGOGIA DA AUSÊNCIA

Categoria: 11 Longevidade e Maturidade

RESUMO

O presente artigo examina o fenômeno da inadaptação experimentada por profissionais que, ao alcançarem a maturidade e o direito ao descanso, desejam retirar-se da vida ativa e, simultaneamente, sentem-se impedidos por sentimentos de culpa e de vergonha. Adotou-se abordagem qualitativa, de natureza hermenêutico-fenomenológica, com desenho de estudo de caso único autoetnográfico, articulado à revisão bibliográfica de autores reconhecidos da filosofia, da psicologia do desenvolvimento e da gerontologia social, bem como à análise documental do acervo de postagens dos portais www.ainor.com.br e www.loterio.com.br. Os resultados apontam quatro núcleos de sentido: o descompasso entre identidade laboral e tempo liberado; a culpa comparativa, sustentada por uma contabilidade moral que condiciona o repouso ao sofrimento acumulado; a coerência não capitalizada, isto é, o custo material e simbólico de quem exerceu função pública sem extrair vantagem pessoal; e a vergonha diante da descendência, decorrente da confusão entre cessação da atividade e declínio da pessoa. Conclui-se que o recolhimento deliberado, quando distinguido do isolamento, pode ser interpretado como ato formativo, coerente com a noção de Pedagogia da Ausência, e não como manifestação de fraqueza.

Palavras-chave: envelhecimento. Aposentadoria. Culpa. Pedagogia da Ausência. Agrosafia.

ABSTRACT

This article examines the maladjustment experienced by professionals who, upon reaching maturity and the right to rest, wish to withdraw from active life while feeling restrained by guilt and shame. A qualitative, hermeneutic-phenomenological approach was adopted, based on a single autoethnographic case study, combined with a bibliographical review of recognised authors in philosophy, developmental psychology and social gerontology, as well

as documentary analysis of the author's own published corpus. Four cores of meaning were identified: the mismatch between occupational identity and released time; comparative guilt; uncapitalised coherence; and shame before one's descendants. It is concluded that deliberate withdrawal, when distinguished from isolation, may be understood as a formative act rather than as weakness.

Keywords: ageing. Retirement. Guilt. Pedagogy of Absence. Agrosophy.

1 INTRODUÇÃO

A transição para a inatividade profissional costuma ser tratada, na literatura de gestão e nas políticas de recursos humanos, como problema de planejamento financeiro e de ocupação do tempo. Tal enquadramento, embora necessário, revela-se insuficiente diante de uma classe de experiências que não se resolve por provisão material nem por preenchimento de agenda. Trata-se da situação em que o sujeito dispõe de condições objetivas para retirar-se, deseja efetivamente retirar-se e, ainda assim, permanece retido por conteúdos morais: a culpa perante os que dispõem de menos e trabalham mais, a suspeita de que o desejo de repouso configure fraqueza e o temor de que a própria descendência interprete o recolhimento como declínio.

O problema de pesquisa foi assim delimitado: de que modo a culpa comparativa e a vergonha diante da descendência operam como obstáculos morais à legitimação do recolhimento voluntário na maturidade, e sob quais categorias conceituais essa retenção pode ser reinterpretada?

O objetivo geral consistiu em interpretar a inadaptação pós-laboral como fenômeno de sentido, e não como sintoma de disfunção. Como objetivos específicos, estabeleceram-se: descrever o descompasso entre a identidade construída pelo trabalho e o tempo liberado pela aposentadoria; analisar a estrutura lógica da culpa comparativa; examinar o custo biográfico da proibidade em cargos públicos, aqui denominada coerência não capitalizada; e discutir o recolhimento deliberado à luz da noção de Pedagogia da Ausência.

A justificativa do estudo assenta-se em três ordens de razão. Na ordem demográfica, o alongamento da longevidade produz um contingente crescente de pessoas que dispõem de duas ou três décadas de vida após o encerramento da carreira, sem repertório cultural correspondente. Na ordem ética, a valorização contemporânea do desempenho tende a converter o descanso em falta moral, penalizando justamente aqueles que serviram sem extrair vantagem. Na ordem pedagógica, a saída dos mais velhos constitui condição de possibilidade para a entrada dos mais novos, tema recorrente nos estudos sobre sucessão familiar e reprodução social no campo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A distinção arendtiana entre labor, obra e ação oferece o primeiro instrumento de análise. Segundo Arendt (2007), a vida ativa não se esgota na produção de bens, e a ação, entendida como aparecimento no espaço público, é a dimensão pela qual o sujeito adquire realidade diante dos outros. A retirada da esfera pública implica, portanto, perda de um solo de reconhecimento, e não apenas redução de tarefas. Sennett (1999) complementa esse quadro ao demonstrar como o trabalho contemporâneo se tornou matriz de identidade narrativa, de modo que sua interrupção fragiliza a própria continuidade biográfica.

No campo do envelhecimento, Beauvoir (1990) estabeleceu que a velhice não é somente processo biológico, mas relação social pela qual o sujeito é constituído como outro pelo olhar alheio. Debert (1999) avançou nessa direção ao evidenciar que a difusão do modelo de envelhecimento ativo, apesar de seus méritos, pode converter-se em imperativo moral, produzindo culpa naqueles que legitimamente desejam repousar. Han (2015), ao caracterizar a sociedade do desempenho, fornece a chave complementar: o excesso de positividade transforma o próprio sujeito em explorador de si mesmo, tornando o descanso suspeito.

A psicologia do desenvolvimento contribui com a noção de integridade. Erikson (1998) descreve o estágio final do ciclo vital como tensão entre integridade e desespero, cuja resolução depende da capacidade de aceitar a própria trajetória como a única possível, sem exigir dela uma correção retrospectiva. Jung (2006) havia já indicado que a segunda metade da vida requer inversão de direção, do mundo externo para o processo de individuação, movimento que a tradição contemplativa nomeia de outro modo e que Lotério designa como sétima direção, o olhar para dentro, complementar às seis direções externas.

A dimensão ética do problema encontra respaldo em Kant (2007), para quem a virtude reside em agir por dever, e não meramente em conformidade com o dever. Essa distinção esclarece por que a probidade não gera compensação: quem age por dever não constitui crédito a ser cobrado. A tradição sapiencial converge nesse ponto, ao prescrever que a mão esquerda ignore o que faz a direita, para que o bem seja praticado em segredo, conforme se lê em Mateus 6, 3 e 4. O mesmo argumento é desenvolvido no acervo do autor, quando se afirma que a virtude verdadeira não espera recompensa nem necessita de plateia para existir (LOTÉRIO, www.loterio.com.br).

Por fim, a formulação da Pedagogia da Ausência, conceito de autoria de Lotério, sustenta que o afastamento deliberado do líder ou do patriarca constitui instrumento formativo, pois cria o vazio no qual a geração seguinte exercita responsabilidade. Cícero (1997) e Bobbio (1997), em registros distantes no tempo, já haviam associado a velhice ao exercício do conselho e não da execução, e Bosi (1994) demonstrou que a função social dos mais velhos se cumpre eminentemente pela transmissão da memória.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adotou-se abordagem qualitativa, coerente com a natureza compreensiva do objeto, uma vez que se buscou o sentido atribuído pelo sujeito à sua experiência, e não a mensuração de variáveis (MINAYO, 2014). Quanto aos fins, a pesquisa classifica-se como exploratória e interpretativa; quanto aos meios, como bibliográfica, documental e de campo em sentido restrito (GIL, 2017).

O desenho corresponde a um estudo de caso único de tipo autoetnográfico, modalidade na qual a experiência do próprio pesquisador é tomada como material analítico, submetida ao mesmo escrutínio conceitual aplicado a qualquer outro dado (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011). O sujeito-caso é aqui tratado em terceira pessoa, conforme exige a impessoalidade acadêmica: profissional de sessenta e cinco anos, engenheiro agrônomo, com trajetória em extensão rural, gestão pública estadual e municipal, docência, consultoria em cooperativismo e comunicação radiofônica, residente no litoral catarinense.

O corpus foi constituído por três fontes. A primeira consistiu no relato oral do sujeito, registrado e transcrito, referente à percepção de inadaptação, ao desejo de retirada e aos sentimentos de culpa e vergonha associados. A segunda compreendeu o acervo documental de postagens dos portais www.ainor.com.br e www.loterio.com.br, com recorte temático nos eixos de longevidade, maturidade, família e sucessão, do qual se destacaram as publicações relativas à alegria de viver e sabedoria de envelhecer, ao protagonismo no envelhecimento, à função dos avós, à passagem da herança ao legado, à autenticidade existencial e à virtude sem recompensa. A terceira reuniu a literatura teórica indicada na seção anterior.

O tratamento dos dados seguiu a análise de conteúdo temática, com leitura flutuante, codificação e agrupamento em núcleos de sentido, seguidos de confrontação interpretativa com o referencial teórico. As limitações do desenho são explicitadas: por tratar-se de caso único, os resultados não comportam generalização estatística, e sua validade é analítica, isto é, restringe-se à consistência conceitual das categorias propostas e à sua transferibilidade a situações comparáveis. A condição de coincidência entre pesquisador e sujeito, própria da autoetnografia, foi mitigada pela submissão do relato ao crivo de autores externos e pelo tratamento impessoal do material.

4 RESULTADOS

4.1 O descompasso entre identidade laboral e tempo liberado

O primeiro núcleo de sentido revela que a sensação de inadaptação não decorre da idade em si, mas da inaplicabilidade súbita do critério pelo qual o sujeito media o próprio lugar no mundo. Durante quatro décadas, a percepção de pertencimento foi produzida por demanda

externa: o chamado institucional, o convite, a expectativa de utilidade. Cessada a demanda, permanece a estrutura de expectativa sem o objeto que a satisfazia. O sujeito descreve esse estado como estar fora de lugar, formulação que corresponde com precisão à perda do espaço de aparecimento descrita por Arendt (2007).

4.2 A culpa comparativa e a contabilidade do merecimento

O segundo núcleo evidencia uma operação lógica identificável. O sujeito compara o próprio sofrimento com o de pessoas que dispõem de menos recursos e trabalham mais, e conclui que não teria acumulado sofrimento suficiente para justificar o repouso. A premissa implícita consiste em tratar o descanso como bem que se adquire mediante padecimento, e não como direito decorrente do trabalho já prestado. Verifica-se, portanto, contabilidade moral cujo balanço nunca se fecha, pois sempre existirá alguém em condição mais adversa. Tal mecanismo confirma a advertência de Debert (1999) quanto à conversão do envelhecimento ativo em dever, e a leitura de Han (2015) sobre a suspeição contemporânea do repouso.

4.3 A coerência não capitalizada

O terceiro núcleo constitui o achado mais relevante do estudo. O sujeito registra que poderia ter extraído vantagens patrimoniais das posições que ocupou na administração municipal e na estrutura estadual de extensão rural, e que não o fez. Registra igualmente que, ainda em atividade, optou por aposentadoria proporcional e afastou-se, em vez de acumular duas remunerações públicas, abrindo espaço para outros. O sentimento presente de enfraquecimento não decorre, assim, de erro de conduta, mas do custo diferido da própria coerência: quem não extrai chega ao termo da carreira com menor lastro material e sem crédito simbólico a cobrar. Trata-se de consequência esperada da ação por dever, conforme a distinção kantiana (KANT, 2007), e do princípio segundo o qual a virtude que necessita de plateia já deixou de ser virtude (LOTÉRIO, www.loterio.com.br). A denominação coerência não capitalizada é proposta neste artigo para nomear esse fenômeno.

4.4 A vergonha diante da descendência

O quarto núcleo diz respeito ao temor de que os filhos percebam o pai enfraquecido. A análise indica confusão entre dois planos distintos: a cessação da atividade profissional e o declínio da pessoa. A vergonha não decorre do fato objetivo do recolhimento, mas da hipótese de que ele seja lido pelos descendentes como derrota involuntária. Constata-se ainda que a vergonha não verbalizada tende a produzir exatamente a interpretação temida, pois o silêncio abre espaço à conjectura. Verbalizada como decisão, a mesma retirada altera de significado, o que remete diretamente à noção de Pedagogia da Ausência e à passagem da herança ao legado tematizada no acervo documental analisado (LOTÉRIO, www.ainor.com.br).

4.5 O recolhimento e o seu limite

O quinto núcleo refere-se ao desejo de estar só, expresso na imagem da cabana. A análise distingue duas configurações possíveis. O recolhimento consiste em subtrair-se à pressão da demanda externa, preservando vínculos e obra. O desaparecimento consiste em subtrair-se também ao alcance dos afetos, hipótese na qual o afastamento deixa de ser formativo e passa a produzir perda de vínculo. O material analisado indica que o sujeito busca a primeira configuração, e que a segunda constitui risco a ser explicitamente evitado.

5 DISCUSSÃO

Os resultados permitem sustentar que a inadaptação pós-laboral, no caso examinado, não configura patologia nem fraqueza, mas crise de critério. Enquanto o valor pessoal permanecer indexado à utilidade demandada por instituições, qualquer retirada será vivida como perda de substância. A superação dessa dependência exige substituição do critério externo por critério interno, movimento que Jung (2006) descreveu como individuação, que Erikson (1998) situou na tensão entre integridade e desespero e que o próprio acervo do autor nomeia como sétima direção, o olhar para dentro.

Quanto à culpa comparativa, a discussão evidencia sua improcedência lógica. O descanso não se legitima por comparação de sofrimentos, e a existência de pessoas em condição mais adversa não converte em falta o exercício de um direito. A insistência nessa comparação produz efeito perverso: penaliza moralmente quem serviu com probidade, precisamente porque a probidade não gerou reserva material capaz de tornar o repouso socialmente evidente. A categoria de coerência não capitalizada permite reinterpretar o sentimento de enfraquecimento como fatura da integridade, e não como prova de insuficiência.

No plano pedagógico, os achados convergem para a tese de que o afastamento deliberado possui valor formativo superior à permanência prolongada. O patriarca que se retira enquanto lúcido, por escolha e com palavra explícita, transmite à geração seguinte um conteúdo que a permanência até a exaustão não transmite: a demonstração de que existe tempo próprio para cada coisa, conforme a formulação sapiencial de Eclesiastes 3, 1. A ausência, nesse sentido, opera como método, e a explicitação verbal da decisão constitui condição de eficácia do método, pois converte silêncio interpretável em decisão comunicada.

Finalmente, a discussão sobre o limite do recolhimento estabelece um critério prático. O afastamento é legítimo enquanto preserva obra e vínculo. A obra, no caso examinado, encontra-se disponível: a sistematização conceitual da Pedagogia da Ausência permanece inédita em formato de livro, e constitui objeto que somente pode ser elaborado a partir da própria condição de ausência. O vínculo, por sua vez, requer a manutenção deliberada de

ligações que não operem como obrigação. Recolhimento com obra e com vínculo distingue-se, por essas duas notas, do isolamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo interpretou a inadaptação pós-laboral como crise de critério de pertencimento, e não como manifestação de fraqueza ou de declínio. Foram descritos o descompasso entre identidade laboral e tempo liberado, a estrutura improcedente da culpa comparativa, o fenômeno aqui denominado coerência não capitalizada e a inversão de sentido operada pela verbalização da decisão de recolher-se.

Conclui-se que o recolhimento deliberado na maturidade, quando explicitado à descendência como escolha, mantido junto a uma obra e preservado o vínculo afetivo, constitui ato pedagógico coerente com a Pedagogia da Ausência, e que o sentimento de culpa que a ele se opõe repousa em contabilidade moral sem fundamento ético.

Como limitação, reitera-se a natureza de caso único, cuja validade é analítica e não estatística. Como agenda de continuidade, indicam-se três desdobramentos: a formulação sistemática da Pedagogia da Ausência em obra autônoma; o estudo comparativo com sujeitos que exerceram função pública sem extração de vantagem, a fim de verificar a recorrência da categoria de coerência não capitalizada; e a investigação, junto a pessoas que já efetuaram o recolhimento, das condições que distinguem, na prática, o retiro fecundo do isolamento.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**: de senectute e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CÍCERO, Marco Túlio. **Saber envelhecer**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp, 1999.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: an overview.

Historical Social Research, Colônia, v. 36, n. 4, p. 273–290, 2011.

ERIKSON, Erik H. **O ciclo de vida completo**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos, reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007.

LOTÉRIO, Aínor Francisco. **A virtude verdadeira não espera recompensa e não precisa de plateia para existir**. Disponível em: www.loterio.com.br.

LOTÉRIO, Aínor Francisco. **Avós**: o que fomos, o que somos e o que ainda podemos ser. Disponível em: www.loterio.com.br.

LOTÉRIO, Aínor Francisco. **De herança a legado**: a verdadeira jornada do empreendedor. Disponível em: www.ainor.com.br.

LOTÉRIO, Aínor Francisco. **Eu fui eu mesmo?** Uma provocação existencial para quem tem coragem de se olhar por dentro. Disponível em: www.loterio.com.br.

LOTÉRIO, Aínor Francisco. **Alegria de viver e sabedoria de envelhecer**. Disponível em: www.ainor.com.br.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOBRE O AUTOR

Aínor Francisco Lotério é engenheiro agrônomo, mestre em Gestão de Políticas Públicas, bacharel em Teologia e em Filosofia e psicopedagogo. Atuou na extensão rural catarinense, foi Diretor Estadual da Epagri e Prefeito de Camboriú, além de professor, radialista e consultor em cooperativismo. Ordenado diácono permanente em 2022, é criador do conceito de Agrosafia e autor de obras sobre família, cooperativismo e formação humana. Reside em Camboriú, Santa Catarina. Portais: www.ainor.com.br e www.loterio.com.br.